

Representações sociais do Brasil no fim do governo Lula através das revistas “Rolling Stone Brasil” e “Piauí”

Carlos Augusto de França ROCHA JÚNIOR¹

Resumo

A partir do presente artigo é empreendida uma busca da compreensão de como o final do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é retratado através das páginas das revistas “Rolling Stone Brasil” e “Piauí”. As duas publicações compartilham o aspecto de revistas especializadas e sem foco prioritário na política partidária, mas que mesmo assim contam com matérias sobre o cenário político brasileiro. As duas revistas apontam em suas edições do mês de Outubro de 2010 para visões diferentes a respeito dos oito anos de governo do presidente Lula. “Rolling Stone Brasil” destaca os olhares internacionais para o Brasil, enquanto “Piauí” compara algumas ações empreendidas pelo governo brasileiro ao “New Deal” realizado nos Estados Unidos. Abordaremos os conceitos de representações sociais pela perspectiva de Moscovici (2003); sistema produtivo dos discursos sociais a partir de Foucault (2008); e mídia na visão de Thompson (1998).

Palavras-chave: Representações Sociais. Poder simbólico. Mídia impressa.

Introdução

Como as revistas “Rolling Stone Brasil” e “Piauí” tratam de política nacional se esta não é o foco prioritário delas? Por mais que as revistas tratem respectivamente temas particulares, em seus âmbitos de atuação, a política nacional também é abordada. Então, a fim de compreender como é feita esta cobertura de política nacional, vale a pena buscar estudar detalhadamente que representações são apresentadas nas reportagens das duas publicações.

Este trabalho busca compreender como elas abordam um mesmo tema: o fim do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que começou em 2003 e terminou em 2010. Com este tema as duas revistas apresentam matérias no mesmo mês, Outubro de 2010, constituindo representações diferentes a respeito do governo.

¹ Mestrando em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: carlosrocha_pi@yahoo.com.br

A fim de tratar mais a respeito de representações sociais Moscovici (2010) é acionado, principalmente por discorrer a respeito de como se formam as representações sociais, com seus mecanismos de ancoragem e objetivação. Foucault (2008) é convocado também porque os enunciados presentes no texto são o ponto de partida para a constituição das representações sociais. Para explicar mais sobre as transformações da mídia na atualidade, Thompson (1998) fornece um ponto de vista amplo levando em consideração os novos parâmetros para o intercâmbio simbólico.

1 Representações sociais: uma compreensão teórica

Diante do contato social, várias opiniões são erguidas a respeito de cada personagem apresentado. Seja no contato entre duas pessoas, ou no discurso de um líder religioso, ou mesmo uma matéria jornalística que trata das ações de um político, é possível pressupor a formação de opiniões sobre os envolvidos. Estas opiniões são constitutivas de “criaturas de pensamento”, como aponta Moscovici (2010), consideradas também como representações.

A definição de representação é debatida por diversos autores. Neste trabalho, em particular, a opção por Moscovici (2010) foi feita por destacar a sua ligação com o pensamento. Sem tratar diretamente de representações, o autor relaciona o pensamento a um agir sobre a realidade e como reação a uma determinada realidade. Realidade, neste caso, é uma percepção enquanto o pensamento é visto como um ambiente de transformação. Pensamento este, erguido em permanente contato com diversos estímulos, com destaque neste trabalho para os realizados através da mídia.

Nas representações em geral, e nas que são foco deste trabalho, vale destacar duas funções principais: convencionalizar os objetos e prescrever a respeito destes. “Enquanto essas representações, que são partilhadas por tantos, penetram e influenciam a mente de cada um, elas não são pensadas por eles; melhor, para sermos mais precisos, elas são repensadas, re-citadas e re-apresentadas.” (MOSCOVICI, 2010, p. 37). O autor ressalta que determinadas ideias não morrem em nossa cabeça, mas acabam cristalizando, sendo retomadas em determinados momentos.

A retomada destas ideias acontece de modos variados e foram estudadas por vários pesquisadores. Moscovici (2010) aborda as representações tanto pelo ponto de

vista da psicologia social como pelo pensamento de Durkheim, que considera representações como algo estático. Moscovici considera que as representações sociais envolvem algo que já conhecido. Sobre a compreensão, as representações estão associadas à ideia de ato de linguagem, entretanto o autor distancia-se da ideia de que as representações sejam estáticas. Ele as aponta como dinâmicas associadas a comportamentos que estão presentes e ausentes dos mais diversos modos.

Elas funcionam, pois, como uma espécie de manipulação do pensamento e da estrutura da realidade, semelhantes àqueles métodos de controle “comportamental” e de propaganda que exercem uma coerção forçada em todos aqueles a quem eles estão vinculados. [...] a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar, ou a própria não familiaridade. (MOSCOVICI, 2010, p. 54)

A continuidade e a descontinuidade marcam as representações sociais. O rompimento da continuidade em um grupo marca a necessidade de constituição de uma nova representação social. Entretanto, ela só ganha status de familiar a partir de uma confirmação, a qual só é possível pela continuidade. O autor enfatiza justamente isso ao propor o estudo das representações sociais: observar como ela rompeu a familiaridade e posteriormente como foi assimilada por esta familiaridade.

Neste processo, a representação significa a classificação sem nenhum tipo de neutralidade em que são estabelecidos rótulos e avaliações. “De fato, a representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes.” (MOSCOVICI, 2010, p. 62) Para explicar como são geradas as representações sociais, Moscovici (2010) situa dois processos: ancoragem e objetivação.

A ancoragem é vista como especificamente relacionada a dar nome a algo. Neste momento é tomado o juízo de valor positivo ou negativo a respeito daquilo que está sendo representado. A objetivação, para o autor, reproduz estes juízo de valor através da imagem formada na ancoragem. Mais atuante do que ancoragem, a objetivação busca estabelecer a ligação entre aquela ideia não familiar e a realidade, estabelecendo uma qualidade icônica para o que é representado.

2 O enunciado e a interpretação dos textos

A organização dos textos é algo importante a ser considerado para a sua compreensão. É importante destacar aqui o conceito de enunciado como parte dos textos. Enunciado, neste caso, é concebido a partir das ideias de Michel Foucault (2008). Em “A Arqueologia do Saber”, o autor discorre, especialmente, sobre as regularidades enunciativas e a organização do enunciado.

Em primeiro lugar o autor propõe o abandono de ideias preconcebidas a partir de leituras anteriores em “A Arqueologia do Saber”. A partir desta desordem começa a busca pelo enunciado. Foucault (2008) ressalta que, por várias vezes, apresentou o termo enunciado para opor ao seu conjunto, representados pelos discursos. O autor continua o trabalho de organização do enunciado desconstruindo ideias como a de equivalência com proposição, ou frase, ou um *speech act*.

Nos três casos, percebe-se que os critérios propostos são demasiado numerosos e pesados, que não deixam ao enunciado toda sua extensão, e que se, às vezes, o enunciado assume as formas descritas e a elas se ajusta exatamente, acontece também que não lhes obedece: encontramos enunciados sem estrutura proposicional legítima; encontramos enunciados onde não se pode reconhecer nenhuma frase; encontramos mais enunciados do que os *speech acts* que podemos isolar, como se o enunciado fosse mais tênue, menos carregado de determinações, menos fortemente estruturado, mais onipresente, também, que todas essas figuras; como se seus caracteres fossem em número menor e menos difíceis de serem reunidos; mas como se, por isso mesmo, ele recusasse toda possibilidade de descrição. (FOUCAULT, 2008, p. 95)

Especificamente, o enunciado não é uma estrutura, mas algo que está no mesmo campo de existência da língua. Foucault (2008) traça esta relação para apresentar o enunciado como função de existência pertencente aos signos e cujo sentido é dependente de um estudo aprofundado. Nesse caso, não é possível especular a possibilidade de reaparecimento de um enunciado, já que as regras de utilização sempre estão em permanente mudança. Foucault situa o enunciado como uma singularidade datada que permite, a partir de algumas constantes, reconhecer uma frase.

O autor explica que a identidade do enunciado está ligada a outros enunciados através de constantes representadas por condições e limites. Estas condições e limites

configuram uma materialidade repetível que é considerada como a função enunciativa que permite transformar o enunciado.

Chamaremos enunciado a modalidade de existência própria desse conjunto de signos: modalidade que lhe permite ser algo diferente de uma série de traços, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto qualquer fabricado por um ser humano; modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível.” (FOUCAULT, 2008, p.121)

Nesse caso o enunciado configura-se como uma unidade elementar assim como está configurado como, ao mesmo tempo, não sendo oculto e nem sendo visível. Foucault (2008) ainda relaciona os enunciados às formações discursivas situando-as como grupos de enunciados amarrados por laços gramaticais, ou lógicos, ou psicológicos. “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal [...]” (FOUCAULT, 2008, p.132). Em suas considerações, o autor pontua ainda que um enunciado pertence a uma formação discursiva.

Foucault (2008) escreve ainda que os diferentes textos remetem uns aos outros. Não há texto completamente novo assim como nem tudo é sempre dito, e o estudo destes enunciados é feito no limite sobre o que é e o que não é dito. A interpretação, neste caso, é um sinal da multiplicação do sentido.

3 A mídia e transformação da atualidade

O intercâmbio de conteúdo simbólico é algo que marca as sociedades. Thompson (1998) pontua que os processos de produção, armazenamento e circulação têm passado por várias transformações até a atualidade. Uma das principais transformações tem sido o fato de que a informação ganha, cada vez mais, caráter de mercadoria. Os meios de comunicação possuem, nesta concepção de informação como categoria, um ganho na dimensão simbólica já que estão relacionados à produção, armazenamento e circulação de materiais significantes.

Vale destacar também que a transmissão de informação, como fenômeno de comunicação mediada, também está envolvida por seu contexto. Um fenômeno social contextualizado implica uma ligação estreita com o contexto em que está especificamente situado, a semelhança de uma cobertura jornalística. "Na produção de formas simbólicas e na sua transmissão para os outros, os indivíduos geralmente empregam um meio técnico. O meio técnico é o substrato material das formas simbólicas [...]" (THOMPSON, 1998, p. 26). Para o autor, o intercâmbio simbólico é dependente de um meio técnico.

O autor reflete ainda sobre a capacidade de armazenamento de informação diferente para os vários meios técnicos. Dos meios técnicos, interessa particularmente a capacidade de eles contarem com determinado grau de reprodução ou capacidade de multiplicar suas cópias. Vale, por exemplo, lembrar os milhares ou milhões de exemplares de jornais e revistas que são impressos a fim de atender a seus públicos.

A reprodutibilidade das formas simbólicas é uma das características que estão na base da exploração comercial dos meios de comunicação. As formas simbólicas podem ser "mercantilizadas", isto é, transformadas em mercadorias para serem vendidas e compradas no mercado; e os meios principais de "mercantilização" das formas simbólicas estão justamente no aumento e no controle da capacidade de sua reprodução. [...] Embora a capacidade de reprodução dos meios técnicos sirva à exploração comercial, ela tem implicações de longo alcance no que tange à noção de obra "original ou "autêntica". (THOMPSON, 1998, p. 27)

Thompson (1998) comenta também a respeito do distanciamento espaçotemporal dos meios técnicos. Retomando o exemplo de uma revista, ela está distanciada muitas vezes por dias ou semanas daquilo que retrata. Os meios técnicos então atuam no sentido de reorganizar as dimensões do espaço-tempo da vida social. Thompson trata disso a partir da ideia de "mundanidade mediada" em que a compreensão do mundo está ligada às experiências relacionadas às formas simbólicas mediadas pelos meios técnicos.

4 Olhares peculiares sobre a política nacional: “Rolling Stone Brasil” e “Piauí”

As duas publicações são escolhidas para compor a análise pelas abordagens especiais que conferem à política nacional. Como revistas especializadas, sem foco na política, mas ainda assim buscando tratar dos temas, “Rolling Stone Brasil” e “Piauí” oferecem aos seus leitores reportagens que estabelecem um “diálogo” com os saberes ligados à publicação.

A revista “Rolling Stone Brasil” é uma “filial” da norte-americana Rolling Stone e fez sua primeira incursão no Brasil no ano de 1971 durante a ditadura militar com a publicação de exatamente, 36 edições. A revista retorna em 2006 e apresenta-se como uma publicação que aborda cultura pop, representada tanto por música quanto por artes em geral. Porém, entre matérias sobre cinema e tendências musicais, há espaço para reportagens especiais sobre o Brasil e textos a respeito da política nacional.

A seção “Política Nacional” caracteriza-se por ser fixa nas edições de “Rolling Stone Brasil”. São textos de repórteres de jornais de reconhecimento nacional, mas em uma linguagem diferente da encontrada em revistas semanais de informação, as quais abordam mais costumeiramente a política nacional. Não há a ideia de um repórter fixo para a seção “Política Nacional”, mas vários jornalistas produzindo a cada edição, conforme a decisão da revista sobre o que levar para suas páginas.

A revista “Piauí” começou a circular em 2006 através de parceria entre João Moreira Salles - idealizador do projeto - e a Editora Abril, que distribui a revista. Desde o nascimento, Piauí é associada à ideia fugir de projetos realizados no mercado editorial brasileiro. Uma comparação usualmente feita é entre “Piauí” e a revista americana “The New Yorker”. As reportagens, neste caso, assemelham-se a narrativas produzidas por jornalistas renomados e personalidades. Nota-se um flerte entre as matérias e a literatura.

Em geral os personagens são apresentados pelo nome. Em busca de estabelecer uma intimidade entre o leitor, o jornalista contador de uma história é quem protagoniza a matéria. As reportagens são longas, priorizando o texto, assim como fotos que sejam artisticamente expressivas. O corpus da análise consiste em duas edições das revistas anteriormente mencionadas do mês de outubro de 2010, quando ambas abordam o fim do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). São duas reportagens que

tratam do legado do presidente que governou o país por 8 anos e observam tanto a imagem do Brasil e do governante, dentro e fora do país.

5 Rolling Stone Brasil: Era Lula com erros e acertos em política internacional

A revista “Rolling Stone Brasil” aborda o fim do governo Luiz Inácio Lula da Silva a partir da perspectiva de um legado a respeito das relações internacionais. Os enunciados presentes no texto buscam traçar como foram ao longo de quase oito anos as relações entre Lula e outros governos, com acertos e erros.

As representações a respeito do governo ao longo da reportagem são apresentadas em busca de estabelecer um “equilíbrio”. Elogios e críticas ao período de Lula no poder são trocados ao longo do texto. Duas tendências são ancoradas: o Brasil pode ir mais longe no tocante à política externa, entretanto cometeu erros em determinadas escolhas realizadas. O governo Lula é caracterizado como inovador e imprudente, respectivamente, no que está relacionado à política externa.

Entre as estruturas que demonstram a busca do equilíbrio e as duas tendências mencionadas anteriormente vale separar dois trechos da reportagem “Na Governança Global”: “Ninguém questiona a imagem positiva conquistada na última década pelos brasileiros – o que é facilmente percebido nos grandes fóruns, nas páginas de imprensa estrangeira [...]” (ROLLING STONE, 10/2010) “Mas nem tudo são flores nas relações diplomáticas brasileiras com os governos de estados estrangeiros.” (ROLLING STONE, 10/2010)

Os enunciados são elencados em uma narrativa, mas sem seguir necessariamente uma ordem cronológica. A opção é por situar momentos em que as escolhas ancoradas anteriormente são exemplificadas. Com o ponto de partida no episódio da crise econômica mundial em 2008, a proposta da matéria é mostrar a força que o Brasil ganha no cenário mundial e como ela é utilizada de maneira questionável pelos críticos do governo.

Os ‘ricos’ entenderam a mensagem. E convocaram os emergentes na tentativa de encontrar a solução do problema. Consolidava-se assim o G-20 (grupo das 20 maiores economias), bem mais representativo que o até então repudiado (pelos excluídos, é claro) G-8, clubão dos superdesenvolvidos, que se reúne anualmente no aprazível balneário

suíço de Davos. [...] Os louros da empreitada, conquistados a partir do avanço no campo econômico, injetaram ânimo para voos maiores. E o Itamaraty decidiu que deveria tentar resolver a complexa questão do Irã. Nesse aspecto, a política externa pode ser definida como fracasso. (ROLLING STONE, 10/2010)

Diplomatas e cientistas políticos são convocados para atender também as tendências de ancoragem. Algumas das vozes autorizadas pela matéria para emitir opinião sobre o governo Lula a respeito de política internacional, são distribuídas para tentar equilibrar elogios e críticas. Alguns dos especialistas fazem elogios e críticas ao mesmo tempo sobre a política externa brasileira.

A fim de dar apoio às escolhas para ancoragem, são acionados também especialistas não somente relacionados aos Estados Unidos. A objetivação é realizada com a menção às vozes autorizadas sobre a diplomacia, relacionados à Europa Ocidental e a América Latina. Todas estas vozes e os episódios são rememorados para tentar fazer um balanço a respeito do governo Lula, na economia e na diplomacia.

Além disso, é proposta uma análise da “herança” que o presidente em fim de governo deixa para quem sucedê-lo. No balanço, fica a dúvida a respeito da repetição dos erros apontados na reportagem e a certeza de que o país estaria mais presente no cenário internacional.

6 Piauí: Lulismo como um “New Deal”

No mesmo mês a revista “Piauí” também opta por fazer uma análise do governo Lula. Chamando os oito anos do governo Lula de “lulismo”, a matéria “O lulismo e o seu futuro” busca compreender o período. A partir de suas origens e suas consequências, são traçadas diversas comparações a fim de estabelecer a representação social de que o governo Lula corresponde a um “New Deal” a moda brasileira.

O “New Deal” consiste em uma série de medidas políticas e econômicas implementadas por Franklin Delano Roosevelt para solucionar uma grave crise nos Estados Unidos. Ao longo de toda a reportagem, as comparações entre o governo Lula e o New Deal busca explicar as mudanças da sociedade brasileira nos últimos anos.

A motivação para a matéria comparando os dois períodos é dada no primeiro parágrafo. “Se o período histórico evocado pelos homens contemporâneos pode ser

revelador da natureza das tarefas que eles pretendem realizar, mesmo que o resultado final possa ser diferente do esperado, vale a pena deter-se na consideração do seu significado.” (PIAUI, 10/2010) A objetivação da representação ancorada é realizada inicialmente através da comparação entre os períodos de implementação do New Deal por Roosevelt e as eleições de Lula.

Economia e ciência política são mencionadas para explicar e reforçar a existência do New Deal brasileiro. Entretanto, a reportagem não se furta a apresentar gargalos relacionados às políticas econômicas e sociais aplicadas durante o período do governo Lula. Os mecanismos para estruturar a objetivação da representação de que o “lulismo” representa um “New Deal” não estão somente ligados a falas de economistas e cientistas sociais, mas avançando para índices: sejam pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) ou o Índice de Gini, coeficiente que mede a desigualdade social.

Embora a redução da pobreza tenha significado também uma diminuição da desigualdade, esta parece responder com mais vagar às iniciativas governamentais. Num comunicado do início do ano, o Ipea observou que “o movimento recente de redução da pobreza tem sido mais forte que o da desigualdade”. Segundo Ilan Goldfajn, economista-chefe do Itaú Unibanco, “somos o décimo pior país em distribuição de renda” no mundo. Para o especialista em finanças públicas Amir Khair, hoje “apenas 1% dos brasileiros mais ricos detém uma renda próxima da dos 50% mais pobres”. Por isso, segundo o economista Marcelo Neri, quando olhado desde o ângulo da desigualdade, a fotografia da sociedade brasileira é “ainda grotesca.” (PIAUI, 10/2010)

O quadro esboçado pela reportagem apresenta-se assentado sobre uma semelhança e não sobre uma cópia fiel entre o New Deal e o lulismo. A comparação é realizada não somente no campo social, mas amplia-se para o campo econômico. No caso do campo econômico não é uma comparação a toa, mas situando os dois períodos em épocas de crises: a crise de 29 para o New Deal e a crise econômica mundial de 2008 para o lulismo.

Não há críticas claras ao lulismo ao longo da matéria. Ao analisar o governo e o fim do período a reportagem está mais concentrada em apresentar virtudes e gargalos que se apresentam para os próximos anos. Tais gargalos estão representados principalmente no campo social. “São fundas as fraturas que separam as vastas legiões

de brasileiros pobres da classe média tradicional, cuja superioridade relativa diminui à medida que o movimento de ascensão social se intensifica.” (PIAUI, 10/2010). Para o final da reportagem é reservada uma análise do plano político, um ponto fora da abordagem do New Deal mas fundamental para a manutenção do lulismo nos oito anos de poder.

Após a análise política, a reportagem tem um arremate em que é apontado o principal gargalo: o Brasil tornar-se uma sociedade de classe média. E a principal virtude da representação social do lulismo como o New Deal: o avanço na participação internacional brasileira ao longo de oito anos.

Considerações finais

Ao tentar tecer considerações sobre os oito anos do governo Lula e seus reflexos para o futuro, as duas publicações arriscam-se por um terreno não associado diretamente a sua cobertura habitual: a política partidária brasileira. Como mencionado anteriormente, a “Rolling Stone Brasil” e “Piauí” optam por linhas editoriais específicas, contanto como traço comum o fato de abordarem a política nacional. Entretanto, as duas publicações avançam pela seara política com reportagens especiais relacionados a determinados personagens políticos ou temas de relevância nacional.

As duas revistas escolherem o mês de outubro para promoverem um balanço do governo Lula chama atenção. Uma resposta possível é que a edição de outubro de “Piauí” e “Rolling Stone Brasil” chega às bancas no momento em que ocorrem as eleições gerais, inviabilizando que as revistas possam tratar de candidaturas ou outras articulações do cenário político. Um tema mais amplo, sem relação direta com a eleição, torna-se necessário. O governo Lula e seu final surgem então como um tema interessante a ser abordado.

Apesar de escolherem o mesmo tema, as representações erguidas a respeito do governo Lula ganham feições diferentes nas duas publicações. Através dos enunciados, as duas revistas realizam ancoragens e objetivações diversas, seja abordando as relações internacionais durante o período entre 2003 e 2010 ou as mudanças no cenário político, econômico e social do Brasil ao longo deste mesmo período.

A ancoragem empreendida em relacionar o governo Lula a mudanças na política internacional - com acertos e erros - é empreendida pela “Rolling Stone Brasil” com vários mecanismos de objetivação: falas especializadas, busca de equilíbrio, narrativa fora de uma ordem cronológica, mas centralizada em episódios particulares. Estes episódios particulares são retomados, principalmente, para destacar quando a diplomacia brasileira buscou novos caminhos e se aproximou de países classificados pela publicação como personagens controversos da política internacional.

A “Piauí”, por sua vez, ancora a representação da Era Lula na ideia de “New Deal”. As mudanças econômicas empreendidas por Roosevelt para enfrentar a crise de 29 são consideradas como semelhantes às que o governo Lula empregou para enfrentar a crise de 2008, consideradas pela revista como parte do “lulismo”. Os aspectos semelhantes são relacionados com mais detalhamento. A reportagem também constrói a representação do lulismo na diferença entre os Estados Unidos do “New Deal”, na política com relações entre PT e PMDB ou na construção de uma nova classe média brasileira em conflito.

O fim do governo Lula ganha então representações diferentes através das revistas, mas que de modo algum são contraditórias. Tratando da relação do Brasil com outros países e da organização interna brasileira, respectivamente, “Rolling Stone Brasil” e “Piauí” buscam estabelecer uma compreensão inicial dos oito anos do governo Lula.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

KELLNER, Douglas. **A cultura da Mídia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia**. Vozes, 1998.

Revistas

PIAÚÍ, Rio de Janeiro: Editora Alvinegra, n. 49, outubro/2010.

ROLLING STONE BRASIL, São Paulo: Spring Publicações, n. 49, outubro/2010.